



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## **INTEGRALISMOS DE UM LADO A OUTRO DO OCEANO ATLÂNTICO: ANÁLISES E OBSERVAÇÕES SOBRE AS TEORIAS DO INTEGRALISMO LUSITANO (1914-1922) E DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (1932-1937)**

Felipe A. Cazetta\*

1

São objetos deste artigo dois movimentos políticos de extrema direita, surgidos na primeira metade do século XX - período rico em visões de mundo pessimistas em relação ao presente, influenciadas pelo esgotamento da perspectiva iluminista de progresso contínuo da humanidade, pela rejeição ao individualismo liberal, e pela ameaça de ascensão das massas, diante da disseminação das ideologias de esquerda entre camponeses e operariado. O Integralismo Lusitano (IL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) podem ser vistos como reflexo destas instabilidades políticas que afetaram Portugal e Brasil nas primeiras décadas do século passado. Através da contestação do parlamentarismo e da democracia, e afirmação do conservadorismo e do nacionalismo extremado, estes movimento buscaram retirar seus respectivos países da crise de identidade em que foram inseridos.

Na virada do século XIX para o XX ambos países passaram pela transição de sistemas políticos - do monárquico para o republicano -, causando traumas em

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, doutorando pela Universidade Federal Fluminense – e-mail: [felipecazetta@yahoo.com.br](mailto:felipecazetta@yahoo.com.br).

determinados setores sociais que sentiram-se de alguma forma prejudicados com estas transformações. A adoção de novas práticas, costumes e comportamentos políticos, inaugurados pela República, gerou descontentamento dos representantes dos estratos sociais que sentiram-se prejudicados. Diante destas conjunturas, houve a organização de alternativas de conceber a identidade nacional, através de projetos políticos calcados na tradição e no conservadorismo. São os casos do IL e da AIB.

Entretanto, tais movimentos possuíam suas especificidades, sendo a mais evidente, presente na organização. Enquanto no IL era notório entre seus adeptos “o elitismo de afirmação intelectual”<sup>1</sup>, na AIB a configuração de movimento de massas tomava proporções nacionais, atingindo cerca de 400.000 integrantes em todo o país<sup>2</sup>.

Diante destes e outros aspectos existentes (consonantes e divergentes) envolvendo os dois grupos, surge a indagação: o que fez com que estes movimentos se auto-denominassem “Integralismo”? O foco do artigo será conduzido por esta pergunta, o que tornará obrigatória a realização de exposições - ainda que breves - e análises das teorias e das práticas políticas que revestem IL e AIB.

2

## **INTEGRALISMO LUSITANO E AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: TEORIA E PROJETOS POLÍTICOS A REPÚBLICA EM PORTUGAL E A REAÇÃO INTEGRALISTA**

Portugal abre o século XX sob grave crise política. A monarquia sofria oposição do crescente contingente republicano. Revistas e periódicos disseminavam conteúdos hostis à família real e ao seu formato sucessório. Estes veículos de informação demandavam maior participação política, acusando o modelo monárquico de afastar os funcionários honestos e privilegiar a transigência à corrupção, devido ao sistema de nomeação aos cargos públicos.

Para a imprensa republicana “(...) acontece que a selecção exercida entre os partidarios monarchicos é frequentes vezes uma selecção invertida, dando em resultado

---

<sup>1</sup> PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 26.

<sup>2</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1987. p. 25.

o afastamento dos mais competentes do exercício dos altos poderes do Estado.”<sup>3</sup> Outro foco de críticas, relacionado ao sistema monárquico, concentrava-se na promiscuidade existente entre Estado e Igreja. Meses antes da proclamação da República, em artigo de autor anônimo a revista *Archivo Republicano* apresenta o rompimento do Estado com a Igreja como saída para a instabilidade política existente. Deste modo, segundo o referido artigo, “(...) sempre nos dará a separação da Igreja e do Estado, afinal um dos maiores remédios contra os nossos grandes males.”<sup>4</sup>

A coexistência entre republicanos e clérigos torna-se mais problemática após a deposição monárquica, em outubro de 1910, sendo registradas detenções e expulsões arbitrárias dos representantes da Igreja em regiões de Portugal, tais como Caldas da Rainha e Óbidos<sup>5</sup>. Neste contexto, alguns dos futuros formadores do IL, sentindo-se ameaçados, procuram exílio na França e na Bélgica – tomando contato com movimentos monarquistas de extrema-direita e suas concepções, sendo *l'Action Française* a influência mais evidente no interior do Integralismo Lusitano.

Outros dos futuros formadores do movimento permanecem em Portugal, caso de António Sardinha e João do Amaral<sup>6</sup>, fato que explica a descentralização das origens do IL, com formações quase sincrônicas, executadas por autores distintos e em diferentes locais. Manuel Braga da Cruz aponta para o ano de 1913, em Gand, Bélgica, como marco do integralismo, através da revista *Alma Portuguesa*.

Todavia, o mesmo autor atribui à revista *Nação Portuguesa*, de 1914, o primeiro esforço teórico para a formação do IL.<sup>7</sup> Leão Ramos da Ascensão, integralista de segunda geração, por sua vez, compreende que a primeira organização bem sucedida

---

<sup>3</sup> BOTTO-MACHADO, Fernão. “A. Braamcamp Freire”. in. *Archivo Republicano*. n.º 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Junho de 1910. p. 46.

<sup>4</sup> ANÔNIMO. “O Presidente da República Brasileira”. in. *Archivo Republicano*. n.º 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Junho de 1910. p. 51.

<sup>5</sup> SERRA, José B. “Élites Locais e Competição Eleitoral em 1911”. in. *Análise Social*. Vol. XXIII (95), 1987. p. 59-85 (p. 79).

<sup>6</sup> PINTO, António Costa. “A Formação do Integralismo Lusitano”. in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1982. p. 1409-1419 (p. 1414).

<sup>7</sup> CRUZ, Manuel Braga da. “O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo”. in. *Análise Social*. Vol. XVIII (70), 1982. p. 137-182 (p. 138-139).

do movimento ocorrerá apenas em 1916, com a fundação da Junta Central do IL, órgão de formação e centralização das teorias do grupo<sup>8</sup>.

Outro fator que contribuiu para a inicial descentralização do movimento pode ser encontrado na heterogeneidade política existente entre seus integrantes. Embora pudessem ser vistos, em momentos precedentes à formação do movimento, alguns elementos teóricos em comum entre os adeptos do IL - tais como o conservadorismo cristão - suas bases de formação não são encontradas na política, e sim na literatura.

Segundo Leão Ramos Ascensão, a convivência em ambiente acadêmico da Universidade de Coimbra prevaleceu sobre a experiência política. “O que os ligava eram afinidades literárias e estéticas, era uma comum preocupação cultural, era a superioridade de inteligência que os levava a afastar-se desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões políticas da academia de então.”<sup>9</sup> Confirmando a predominância da literatura sobre os interesses políticos ao estabelecer a unidade do movimento o próprio António Sardinha, principal mentor do movimento declara:

Charles Maurras escreveu duma vez no prefácio de seu interessantíssimo livro *Quand les Français ne s'aiment pas*: - 'Les lettres nous ont conduit à la Politique (...) mais notre nationalisme commença pour être esthétique.' Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias – nas de Hipólito Raposo e nas minhas, eu reconheço que também a nós as Letras conduziram à Política.<sup>10</sup>

As semelhanças existentes entre *l'Action Française* e o IL vão além das origens dos grupos, o que traz inconvenientes para a defesa de seu pretensão nacionalismo; haja vista a acusação ao IL, vinda de seus opositores, de “importar” ideologias estrangeiras para compor seu arcabouço teórico. As apropriações do movimento francês emergem em diversos momentos no projeto do IL.

A defesa da monarquia orgânica, hereditária, politicamente centralizada, mas administrativamente descentralizada é uma das bandeiras ideológicas do IL... e da *l'Action Française* também. Em defesa deste modelo, e repelindo as críticas vindas dos republicanos e demais opositores, Sardinha responde que “Nada mais antinatural nem

<sup>8</sup> ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Lisboa: Edições Gama, 1943. p. 21.

<sup>9</sup> ASCENSÃO, Leão Ramos. *op.cit.* p. 10.

<sup>10</sup> SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta*. 2ª edição. Lisboa: qp, 1978. p. 149.

mais anticientífico do que a ilusão jacobina!”, desta forma, tecendo ataques à República de 1911 e, ao mesmo tempo esquivando-se das críticas à monarquia hereditária, completa: “A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afixado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado.”<sup>11</sup>

Defesa semelhante é percebida nas obras de Maurras: “*Le pouvoir des mille ajoute aux inconvénients, abus ou excès qui sont naturels à tout autorité une chance très fort de ne pas être suffisant et de refuser aux peuples leur droit à être gouvernés. Le pouvoir d'un seul, moins exposé à ce malheur, comporte une probabilité de salut très supérieur.*” [“O poder dos mil adiciona inconvenientes, abusos e excessos naturais a toda autoridade com grande propensão de não ser suficiente e de recusar às pessoas seus direitos de serem governadas. O poder de um só, menos exposto a esta infelicidade, comporta uma probabilidade de salvação muito superior” (Tradução minha)]<sup>12</sup>. No movimento francês e no lusitano encontram-se a defesa da monarquia anti-constitucional – diante da rejeição ao liberalismo, defendido por ambos movimentos - e hereditária, a rejeição aos valores democráticos e parlamentares, e a simpatia ao modelo político corporativista, entre outras semelhanças que se estendem para além dos objetivos deste artigo.

Se a influencia do movimento liderado por Maurras é visível no interior do Integralismo Lusitano, os integralistas buscam suporte na tradição portuguesa, para defenderem-se das acusações de “importadores” de doutrina. Desta forma, procuram se desvencilhar destes ataques apoiando-se no cristianismo e no tradicionalismo português. Defendiam que o integralismo lusitano foi um “património histórico-político de bons portugueses, os grandes tratadistas da primeira metade do século passado, que o delírio da vitória liberalista condenou a um esquecimento ingrato.”<sup>13</sup> Dentre estes “grandes tratadistas” Almeida Garrett aparece com recorrência entre os estudos do IL, sendo utilizado para constituir a noção básica do movimento: o Monarquismo orgânico.

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 129.

<sup>12</sup> MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10ª edição. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. LXXVII.

<sup>13</sup> RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: l'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, 1929. p. 101-102.

Garrett, diplomata e deputado na primeira metade do século XIX, embora envolvido pelo liberalismo, tece orientações para o Estado que serão apropriadas pelo IL em seu corporativismo tradicionalista. Destas orientações, a que encontrará melhor recepção no movimento de Sardinha é a noção de Municipalismo. Garrett afirma a necessidade em se fomentar a descentralização administrativa do reino, visando a agilidade na comunicação, porém, mantendo a centralização política no monarca, assim temos:

Os corpos municipaes não devem nem podem portanto estar em contacto immediato com o govêrno: as linhas que os unissem seriam mui longas e divergentes e não poderiam servir de sólido nexos (...). É necessário pois que, dividido o reino em regulares commarcas, em cada-uma d'ellas haja um centro municipal e administrativo, que forma pela eleição dos diversos municipios do mesmo círculo, seja presidido por uma auctoridade administrativa nomeada pela coroa, a qual assim pois centralizará entre si, e os communicará por uma só recta e não interrompida nem demasiado longa linha, com o govêrno, de quem não depende absolutamente, mas com quem deve estar ligado o systema administrativo, e o municipal que é o mesmo.<sup>14</sup>

Sendo apropriado pelo IL, tal modelo de Estado aponta para um projeto político anti-cosmopolita, municipalista e corporativo, visando restaurar uma era monárquica medieval, idealizada pelos integralistas. Hipólito Raposo expõe que tanto nesta Idade Média mítica quanto no Portugal integralista, a organização se daria em “(...) concelhos na forma comunal e ruralista, [que] formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interesses das famílias, células vivas de uma nação preexistente.”<sup>15</sup> Portanto, o projeto político do IL consolida-se como antiparlamentar (logo, contra as formas de libera-constitucionalismo, entre estas a monarquia constitucional), anti-republicano, tradicionalista e corporativista, sendo a síntese deste modelo de organização política fixada por Sardinha: “*Nuevo Estado en la pátria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario*

---

<sup>14</sup> GARRETT, J.B. de Almeida. *Portugal na Balança da Europa do que tem medo e do que bem lhe convem ser na nova ordem de coisas no mundo civilizado*. Londres: S.W. Sustenance, 1830. CDU. 321 Garrett, Almeida. Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>15</sup> RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, 1929. p. 87.

*y descentralizado, tan fuerte y unitário en lo político propiamente dicho como descongestionado y simplificado en lo económico y administrativo.*”<sup>16</sup>

## **AIB: DA REVOLUÇÃO INTERIOR AO MOVIMENTO DE MASSAS**

O surgimento do integralismo está inserido em um contexto de ebulição política, surgida nos anos iniciais da década de 1920. A “Revolução de 1930” acentua este contexto de instabilidades, diante da postura ideológico pendular adotada por Getúlio Vargas, equilibrando-se entre as demandas de organizações políticas e sociais provenientes da esquerda e da direita. Somado a isto, as pressões políticas por maior participação nas esferas decisórias, realizadas pelos novos atores sociais (classes médias, industriais, militares de baixa patente, trabalhadores liberais) tornavam-se cada vez mais sensíveis. Acompanhado deste cenário de turbulência, havia grande receio de que, em meio ao colapso das oligarquias, o país fosse invadido pela ameaça comunista.

Neste contexto de interrogações internas, a AIB surge como movimento político disposto a fornecer caminhos alternativos para retirar o Brasil do “Estado Liberal-democrático, acirrador de ódios entre irmãos, caudilhesco, regionalista-separatista”<sup>17</sup>, repelindo igualmente o comunismo. Oferecendo como proposta política o projeto anti-cosmopolita, anti-materialista (portanto contra o liberalismo e o comunismo) e utilizando largamente da religiosidade de seu líder Plínio Salgado, o integralismo gozou de grande popularidade no período de sua vigência. Suas propostas despertaram simpatia em setores externos ao movimento, tais como as Forças Armadas e a Igreja.

Diante da organização como movimento de massas, há a necessidade de estender-se ao longo do território nacional preservando sua uniformidade, considerando as franjas militantes mais afastadas geográfica e ideologicamente. Internamente, a AIB contava com um vasto aparato de organização de seus militantes, e controle hierárquico, expresso pelo uso de uniformes, saudações, rituais e cerimônias, visando tornar seu

<sup>16</sup> SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular*. Traducción del Marqués de Quintamar. Madrid: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, 1930. p. 323. (Negrito do original).

<sup>17</sup> SALGADO, Plínio. “Páginas de Ontem” (p. 169-264). In. *Obras Completas*. Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 206.

adepto caixa de ressonância da doutrina integralista. Segundo Patrícia Schmidt, “Além das padronizações, os ritos geram um sentimento de pertencimento no indivíduos, que se sentem pertencendo a uma comunidade, criam relações de sociabilidade.”<sup>18</sup>

Os rituais integralistas expandiam-se para além do movimento em circunstâncias tais como batismos, casamentos e funerais de militantes da AIB, infiltrando-se em cerimônias religiosas e civis. A incorporação dos rituais e símbolos integralistas à vida privada do militante era promovida com o objetivo de despertar a identidade interna dos integrantes. Esta penetração da doutrina, dos rituais e dos símbolos integralistas, através de processos de socialização eram vistos por Plínio Salgado como a Revolução Interior.<sup>19</sup>

O chefe do integralismo entendia a revolução a partir da Idéia, pois segundo ele, “A Idéia precedeu o desenvolvimento das forças materiais da sociedade, (...)” Partindo deste princípio, Salgado delega à “Idéia Revolucionária” papel fundamental para a consolidação da Revolução. Na teoria integralista a “Idéia Revolucionária” seria sempre de ordem moral.<sup>20</sup> Deste modo, para se consolidar a Revolução de maneira concreta, Plínio afirmava a necessidade da “Revolução Interior” precede-la. A “Revolução Interior”, conforme visto, introjetava o integralismo na vida particular do indivíduo, consolidando seu domínio totalitário sobre seus adeptos. Deste modo, o movimento tornava-se sólido e coeso para ambições imperialistas.

A implantação do Estado Integralista em cada uma das nações do Continente, será o primeiro passo que temos a dar em conjunto. Êsse movimento que se iniciou no Brasil, deverá estender-se nos países sulamericanos. A suspensão de tôdas as barreiras alfandegárias entre êsses povos, e o mais íntimo intercâmbio cultural e espiritual devem ser a preocupação imediata dos Estados Integralistas Sul-Americanos.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p. 118.

<sup>19</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIUCRS, 2001. p. 33.

<sup>20</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”(p. 9-173). in. *Obras Completas*. Vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 39.

<sup>21</sup> SALGADO, Plínio. “A Quarta Humanidade” (p. 9-122). in. *Obras Completas*. Vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 74-75



Este expansionismo idealizado por Salgado e demais mentores da AIB foi planejado sob um projeto de Estado articulado e organizado sob a utopia integralista. Visando minimizar, ou mesmo extinguir as lutas de classes, sem, no entanto, alterar a hierarquia social existente, o integralismo via no corporativismo a alternativa para o regime liberal, afastando o socialismo soviético como opção ideológica.

Miguel Reale – chefe nacional do Departamento de Doutrina –, no intuito de organizar o sistema educacional integralista, já apontando para o corporativismo, assinala que “A cultura deve ser proporcionada às massas. O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores exigem ampla instrução profissional. É preciso que a fábrica não se separe da escola, assim como é preciso que o Capital não se separe do Trabalho.”<sup>22</sup>

É interessante perceber que esta alternativa, o corporativismo, era tratada por Plínio Salgado como sendo a “Democracia Cristã” para substituir a liberal-democracia. “Os partidos só podem se extinguir, organizando a verdadeira democracia cristã, que é o Estado Corporativo. Não haverá descontentes nem perseguidos, porque todos os homens inscritos agora nos partidos são brasileiros e pertencem a uma profissão.”<sup>23</sup>

O anti-liberalismo expresso pelo anseio do corporativismo e pela intenção de abolir as agremiações partidárias foi, portanto, agregado ao catolicismo – religião predominante, embora não a única, entre os militantes da AIB, e majoritária na população brasileira dos anos 1930. Esta associação entre religião católica, e a oposição ao liberalismo tem sua finalidade estratégica, visando despertar a simpatia de elementos externos ao movimento. Gilberto Calil apresenta que “O antiliberalismo e a opção por soluções autoritárias identificavam Salgado com setores mais conservadores do catolicismo brasileiro. O catolicismo era ainda um recurso de propaganda.”<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 32.

<sup>23</sup> SALGADO, Plínio. “Páginas de Ontem”. (169-264) in. *Obras Completas*. Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 204.

<sup>24</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIUCRS, 2001. p. 42.

Além do catolicismo, outros foram os motivos que levaram a teoria do integralismo para o combate ao liberalismo. O modelo liberal era visto pela teoria da AIB como “porta de entrada” para o cosmopolitismo, levando Reale ao alerta:

Não nos iludamos. Os partidos da liberal-democracia, ou que melhor nome tenha, não passam de instrumentos inconscientes manobrados com extrema habilidade por certos medalhões que fingem amor ao Brasil, mas não passam de hóspedes de nossa terra, de habitantes que enxergam a pátria unicamente sob o ângulo visual do interesse metálico.<sup>25</sup>

Tal como no IL, as opiniões na AIB não se faziam de modo unívoco. Embora o anti-cosmopolitismo seja fator comum no interior da AIB, tal postura leva a conclusões distintas. Plínio Salgado defendia um projeto econômico essencialmente agrário para o Brasil, pois entendia a máquina operando em cumplicidade com o liberalismo.

O liberalismo econômico deu fôrças suficientes à máquina, que a ciência e o gênio inventivo aperfeiçoaram nos mínimos detalhes; e as invenções exerceram sobre os homens aquêle magnetismo previsto por Gabriel Tarde. A máquina enxotou o homem das cidades, depois de o ter chamado para a ilusória fartura. A máquina produzirá muito; produzirá para o fogo e para o mar; não produzirá para o seu criador. A máquina criará castas soberbas que fulgurarão no luxo e no esplendor, mas que estarão sempre inquietas, pois a cada dia a novos condenados por ela, a descer para a forçosa proletarização.<sup>26</sup>

Nesta esteira Salgado acentua o caráter pernicioso da máquina, expressando que “Quanto mais a máquina se aperfeiçoar, quanto mais eficiente ela se torna, teremos como conseqüência: a vulgarização em massa dos artefatos, o aumento da oferta pelo barateamento e perfectibilidade dos produtos.” concluindo que “Dentro das próprias leis da Economia Clássica, a predominância do produto agrário sôbre os produtos industriais vai ser uma fatalidade neste século.”<sup>27</sup>

Reale, em oposição, afirma a industrialização como projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil. A partir da defesa voltada para a abordagem técnica do assunto, Miguel Reale sinaliza para a urgência do desenvolvimento de um

<sup>25</sup> REALE, Miguel. *op.cit.* p. 177-178.

<sup>26</sup> SALGADO, Plínio. “A Quarta Humanidade” (p. 9-122). in. *Obras Completas*. Vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 57.

<sup>27</sup> SALGADO, Plínio. “A Quarta Humanidade” (p. 9-122). in. *Obras Completas*. Vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 72.

industrialização nacional, porém, em consórcio com a agricultura. Sobre a necessidade da criação de um parque industrial vigoroso, o integrante da AIB afirma que “O problema industrial brasileiro tem tal relevância que urge criar as situações indispensáveis ao seu mais rápido e orgânico desenvolvimento, dando-lhes bases mais sólidas, prevendo as funestas conseqüências do atual estado das coisas.”<sup>28</sup> E encerra citando o estado de São Paulo como exemplo,

Como se vê, equivalem essas foças de tal sorte que a mais *agrícola* das unidades da Federação é também a mais *industrial*. O que nos cumpre fazer é assegurar essa correspondência de valores produtivos, dando à economia brasileira a saúde que resulta sempre de um harmônico desdobramento das fontes de riqueza.<sup>29</sup>

À guisa de conclusão desta parte, a AIB consolidava-se tanto em sua teoria quanto em sua organização física como movimento de tonalidades totalitárias, patrocinado por elementos advindos de setores intermediários da sociedade brasileira, que reivindicavam maior participação na vida política do país. Desta forma, os integralistas faziam oposição à formula política oligárquica, federalista e liberal, oferecendo como alternativa o corporativismo. Como proposta econômica, embora existisse uma corrente no interior do movimento que via com simpatia o desenvolvimento da indústria nacional, a via agrária era vista pelo chefe nacional, Plínio Salgado, como método seguro de afastar as idéias cosmopolitas e o imperialismo tanto capitalista quanto socialista exterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo consiste nos primeiros desdobramentos de pesquisa contidos em projeto de doutorado aprovado pela seleção de 2012 realizada pela Universidade Federal Fluminense. Portanto, não há, por enquanto, dados conclusivos fechados e coesos em relação ao tema trabalhado. Fator que não é pretexto para fugir às responsabilidades de apresentar uma síntese das pesquisas já realizadas, que envolveram a confecção deste artigo.

---

<sup>28</sup> REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983 p. 129

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 130.

Através deste esforço de pesquisa, observa-se que IL e AIB estiveram longe de ser gêmeos siameses – neste sentido a *l'Action Française* está mais próxima do IL do que a AIB. Entretanto, os dois movimentos analisados convergiam em alguns pontos: a importância do papel do cristianismo em ambos edifícios teóricos – embora a AIB rejeita-se ser vista como movimento confessional de matizes católicas; a reação à adoção do liberal-republicanismo; o nacionalismo calcado na tradição. Todavia, estes aspectos levantados não esclarecem à pergunta inicial: Por que ambos denominam-se “Integralismo”?

As cruzadas eram mobilizadas pelo cristianismo, sendo usadas também com finalidades políticas e econômicas e seria estranho se fossem vistas como alguma forma de “integralismo medieval”, assim como o rexismo belga (1935-1937) – vinculando o catolicismo a uma concepção radical de nacionalismo de extrema direita, o que os uniu aos fascismos centrais – não foi visto como um “integralismo belga”. Tampouco a postura de simpatia ou rejeição ao liberal-republicanismo fornece características suficientes para definir uma organização como integralista ou não.

O posicionamento de direita com aspectos extremistas podem ser indícios secundários, e não mais que isso, pois, embora IL e AIB repercutissem esta postura, o extremismo de direita não é um divisor comum apenas dos movimentos ditos integralistas. Embora a *l'Action Française* seja apontada como um dos movimentos inspiradores do fascismo<sup>30</sup>, e tratada por Plínio Salgado como “Integralismo Francês”<sup>31</sup>, perceber o extremismo de direita como uma das características definidoras do integralismo seria reducionismo, pois desta forma ignora-se os diversos regimes ditatoriais da América Latina entre as décadas de 1960 e 1980.

Então, o que faz os integralistas, tanto de Portugal quanto do Brasil, serem de fato “Integralistas”? Conforme dito anteriormente, as pesquisas em estágio elementar ainda não permitem conclusão apurada, entretanto, há indícios que o corporativismo, associado à tradição católica é um primeiro passo para o aprofundamento. A rejeição do individualismo “de Lutero à Rousseau” - conforme diz Charles Maurras – e a adoção de

<sup>30</sup> cf.:PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

<sup>31</sup> SALGADO, Plínio. “A Quarta Humanidade” (p. 9-122). in. *Obras Completas*. Vol. 5. São Paulo: Editora das Américas, 1957. p. 83.

uma forma de governo hierárquica e centralizada politicamente, mas administrativamente descentralizada é um ponto norteador.

Este modelo político entende como célula mínima da sociedade a família e não o indivíduo, explicitando a recusa ao liberalismo e ao parlamentarismo, o que não significa dizer que todo integralismo caminharia para a monarquia. No projeto de Estado da AIB, a figura do ditador republicano parece mais coerente com os pensamentos de Plínio Salgado, chefe da AIB.